

TERRAS RURAIS ATUAIS OCUPANTES TERÃO PREFERÊNCIA NO PROCESSO

Licitação em fevereiro

Saulo Araújo

O domingo foi de alegria para milhares de produtores rurais do Distrito Federal. Na manhã de ontem, o governador José Roberto Arruda anunciou, durante o primeiro Encontro Natal Rural, no Parque de Exposições da Granja do Torto, a licitação de cerca de 19,5 mil mil propriedades. Esses terrenos, atualmente, são ocupados por pequenos, médios e grandes produtores que não possuem documentação das terras. A regularização faz parte da política de não permitir ocupações irregulares no DF.

Na última sexta-feira, o governo publicou no *Diário Oficial do DF* o edital para a concorrência pública da concessão de direito real de uso das propriedades. No dia 5 de fevereiro, haverá licitação das primeiras 26 propriedades.

O secretário de Agricultura, Wilmar Silva, explicou que não há riscos de o produtor perder as terras que já ocupa. "A preferência é do ocupante, que hoje tem contrato de arrendamento. Com a publicação do edital, todas as propriedades serão licitadas com direito de uso de 30 anos, renovável por mais 30. Na segunda licitação, queremos avançar para mais de 800 propriedades. De posse da escritura, o dono pagará taxa anual de 1% do valor da terra, referente a concessão de uso", explicou.

A ação do GDF foi uma resposta à determinação do Ministério Público do Distrito Federal (MPDF) e do Tribunal de

Contas da União (TCU), que em agosto do ano passado consideraram os contratos de arrendamentos nulos e determinaram que todas as áreas fossem licitadas. Para conseguir atingir o objetivo, uma comissão da Terracap passou o ano visitando todas as propriedades.

■ Indenização

A subsecretária de Agricultura, Syulla Nara Medeiros de Souza, acredita que 99% dos produtores rurais permanecerão em suas terras, pois eles terão a prioridade de cobrir a oferta. Aqueles que desejarem não continuar nas terras e tiverem feito benfeitorias não sairão no prejuízo. O novo dono terá obrigação de indenizá-lo. "Todas as áreas já foram vistoriadas e quem não ficar será indenizado pelo patrimônio que construiu", esclareceu Syulla.

Algumas propriedades a serem regularizadas possuem cerca de 800 hectares, mas a grande maioria é de pequeno tamanho, de pouco mais de dois hectares, gente que produz o suficiente para se sustentar. É o caso de Geraldo Alves, 74 anos, que há mais de 30 produz hortaliças no Núcleo Rural Rio Preto, próximo à Planaltina.

Assim como os outros pequenos e médios produtores, ele tem dificuldade de ampliar o negócio porque não possui documentação do terreno. "É muito difícil. A gente toca o negócio na marra, porque não tem como comprovar que você trabalha ali. Ninguém quer fazer negócio com alguém que não tem um endereço legalizado", disse.



■ GERALDO, PRODUTOR DE HORTALIÇAS NO NÚCLEO RURAL RIO PRETO, EM PLANALTINA, FICOU SATISFEITO

PEDRO LADEIRA